



PORTUGAL NA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. SERÁ A CPLP RELEVANTE PARA PORTUGAL?

Se a realidade mostra uma CPLP ainda à procura de um projeto estável, afirmativo e mobilizador, o futuro desta Comunidade depende da vontade política dos seus Estados-Membros. Em particular, Portugal deverá ser capaz de liderar o processo de adaptação e renovação, tal como liderou a sua criação, assumindo-a como um vetor ativo da política externa portuguesa.

“...A Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ainda é uma utopia, que pode ser criadora se houver visão de curto, médio e longo prazos...”

Adriano Moreira

In Congresso do Movimento Internacional Lusófono, Lisboa, 12 de maio de 2017

Fala-se, atualmente, muito pouco da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e muito desse pouco é para dizer mal ou para criticar a inação política, a falta de iniciativa operacional e de relevância estratégica. Porque é uma organização que existe há pouco mais de 25 anos e está ainda numa fase de construção e consolidação, justificam uns; porque não tem ainda arcabouço político e visibilidade estratégica, sugerem outros; porque falta-lhe razão de ser no campo da diplomacia e da utilidade para o cidadão comum, sublinham ainda alguns especialistas. Por conseguinte, para muitos, a CPLP não parece ter uma linha de rumo e relevância para se constituir, no âmbito da sua Política Externa, numa opção político-estratégica para Portugal, afirmam até aqueles acerrimamente mais críticos da relevância desta organização.

No entanto, constata-se que a viabilidade da CPLP depende, essencialmente, da sua utilidade perceptível e de base; e que esta está diretamente relacionada com o regresso à missão fundadora no contexto da Cultura partilhada, da Língua vivida e da História comum – embora num ambiente geoeconómico, geoestratégico e geopolítico mais exigente, como é o que vivemos atualmente.

A Comunidade está assente num modelo de gestão por objetivos e afirma-se, diariamente, num maior comprometimento político-diplomático por parte de todos os governos dos atuais nove Estados-Membros (ver Figura) – pois que a CPLP

será tanto mais relevante quanto maior for a relevância que cada Estado-Membro lhe atribuir de per si. Neste contexto, questiona-se se a CPLP é, de facto, relevante para Portugal e, numa segunda fase, identificam-se quais as principais ameaças e oportunidades que se podem esperar nesta relação político-estratégico-diplomática que tem mais de 25 anos e que materializam a presença da língua portuguesa no mundo.

As instituições precursoras da CPLP e o papel de Portugal

Em datas mais recentes, entre os precursores da CPLP, encontram-se duas instituições cuja natureza interessa ao tema em discussão. A primeira é a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), fundada na cidade da Praia, Cabo Verde, em 1986, com a intenção explícita de acompanhar de perto a cooperação bilateral no domínio da cultura e da educação, e privilegiar a interação multilateral nos domínios do ensino e da ciência. Foi precisamente no discurso de abertura da AULP enaltecido o dever e o simbolismo de, neste ponto, em jeito de merecida homenagem, lembrar o valor decisivo da visão e compromisso do Professor António Simões Lopes no processo de criação e consolidação da AULP, da qual foi o seu primeiro presidente, na qualidade de Reitor da Universidade de Lisboa e também precursor da CPLP.

O outro precursor da CPLP foi o designado Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), criado no Maranhão, Brasil, em 1989, atualmente com sede na

cidade da Praia, em Cabo Verde. Naquela época de reencontros significativos, em ambos os lados do Atlântico, Brasil e Portugal, dois homens distinguiram-se na forma ímpar como anteciparam o futuro na ação concreta da construção da CPLP: o Embaixador José Aparecido de Oliveira e o Professor Adriano Moreira, duas personalidades a quem se deve a origem da CPLP.

Também a história da CPLP já tinha registado que, em 1983, Jaime Gama, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, escolheu uma visita oficial a Cabo Verde para apresentar na cidade da Praia aquilo que, na altura, era verdadeiramente uma ideia peregrina e uma reflexão de ensaio político: a edificação de uma “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Aliás, foi de facto o primeiro a utilizar este termo e a desenvolver esta ideia, que viria a crescer por todo o mundo e se centrou em Lisboa (único local onde existiam as embaixadas de todos os Estados-Membros), tendo dado origem, em 17 de julho de 1996, à CPLP.

Esta é, por isso, uma organização ainda jovem, em crescimento e em construção; e, nesse sentido, Portugal não pode, nem deve, abandonar essa responsabilidade que herdamos do nosso passado no mundo e que nos “obriga” a considerar a CPLP como um ativo na nossa política externa e na nossa relação com o mundo. Esta ideologia segue um princípio que herdamos dos nossos antepassados, e que confere a uma nação média um potencial acrescido na sua

dimensão diplomática e de ponte entre organizações, países e continentes. O mais relevante para o futuro de Portugal é, precisamente, otimizar essa capacidade de estar e de ser “lusófono” no mundo global e globalizado.

Os fundamentos ideológicos da CPLP e a matriz portuguesa

Antes da constituição formal da CPLP, houve muitas opiniões favoráveis, assentes em critérios linguísticos, culturais e históricos, para justificar as cláusulas da solidariedade entre povos na busca comum da Liberdade, Democracia e do Desenvolvimento Sustentado. Esta busca por fundamentos ideológicos para a criação da Comunidade teve uma enorme influência da matriz portuguesa, ao olhar para o mundo e perceber que a dimensão e o valor geopolítico da língua portuguesa poderia catapultar Portugal para outras regiões e permitir que Portugal seja das nações com maior grau de representatividade no contexto internacional. Esse é, também, um dos paradigmas da ligação de Portugal à comunidade lusófona, e essa é a forma como deveremos ver a CPLP, afirmando-se, cada vez mais, como um vetor ativo da política externa de Portugal no mundo.

Neste contexto, não terá sido por acaso que estas duas instituições precursoras dos fundamentos ideológicos da CPLP,

posteriormente integradas ou adotadas, foram a AULP e IILP e que Portugal esteve indubitavelmente ligado à sua matriz ideológica e funcional.

... a questão para Portugal é de escolher entre naufragar ingloriamente nos mares agitados da CPLP ou assumir com determinação o seu destino, a sua missão fundadora, que é a defesa da língua portuguesa e da cultura lusófona.

Assim, a Declaração Constitutiva, de 17 de julho de 1996, parte do imperativo de consolidar uma identidade própria (lusofonia) baseada num idioma comum (língua portuguesa), com vista a contribuir para o reforço dos laços de solidariedade e cooperação entre os, na altura, sete países da lusofonia. A declaração refere-se à língua portuguesa como veículo, património, espaço e fundamento de um projeto comum, em diálogo com outras

línguas nacionais, numa relação de complementaridade e afirmação identitária.

A coordenação político-diplomática é mencionada no fim, como que a sugerir que resultará, naturalmente, da valorização do idioma comum e que, nestes mais de 25 anos, degenerou em 26 áreas distintas de cooperação setorial, as quais mostram não só a vitalidade, mas a relevância que deriva de ser um potente mecanismo de cooperação que não pode, nem deve, ser dispensado por Portugal na relação com o mundo lusófono. Os Estatutos da CPLP, aprovados na mesma data, fixam três grandes objetivos: a concertação político-diplomática, a cooperação em diversos domínios, e a materialização da promoção e difusão da língua portuguesa, que continuam a ser atualmente muito válidas e basilares para a nossa ligação à Comunidade.

O Comunicado Final da Cimeira Constitutiva de Lisboa, mais perto do texto da proclamação, deu primazia à cooperação cultural e à operacionalização do IILP, criado para promover, enriquecer e difundir a língua como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico. É, assim, um fator de afirmação da nossa identidade na rede global de conhecimento e que constitui um fator determinante do poder do próprio Estado em contextos de globali-

FIGURA 1. OS 9 ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

Fonte: <https://www.nacionalidadeportuguesa.com.br/comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa/>



zação, onde a língua é um potente instrumento agregador e identitário.

Do ponto de vista histórico e institucional, apesar de algumas incongruências na definição dos objetivos, verifica-se que os antecedentes pensadores, as instituições precursoras e os textos fundadores da CPLP consubstanciam a importância da língua portuguesa como instrumento de união entre povos e ideologias e que tudo pode unir, pois que através do que ela simboliza, as diferentes comunidades apostam na sua força para contribuir para o bem-estar material e social das populações agregadas por este conceito.

Qual deve ser o papel de Portugal na CPLP?

A prática mostra-nos uma CPLP politicamente e economicamente fraca, sem linha de rumo perceptível, hesitante entre as pressões conjunturais regionais e globais, e à procura de um projeto estável, afirmativo e mobilizador. Diríamos, numa só palavra, que a CPLP é para Portugal “uma onda num mar agitado” – que sabemos que nos pode levar para algum lugar, mas não sabemos exatamente para onde e, por isso, temos de conhecer o mar onde navegamos e surfar na crista da onda da cooperação multidomínio que representa a CPLP.

Por conseguinte, por incómoda que seja, esta pergunta parece tecnicamente correta: Será a CPLP relevante para Portugal? A resposta positiva depende, fundamentalmente, de três condições:

- Realizar uma reforma interna para se adequar às novas dinâmicas da cooperação internacional e tornar-se efetivamente mais útil, necessária e potencialmente um melhor instrumento da Política Externa Portuguesa;
- Reforçar a visibilidade internacional ao nível da concertação político-diplomática e na possibilidade de servir de fórum de diálogo entre os países da lusofonia – nomeadamente nos contextos regionais e globais onde estão representados e onde Portugal poderá e deverá estar presente;
- Reforçar o papel na defesa da cultura, da língua portuguesa e contribuir para uma maior presença da Lusofonia no mundo e nas redes globais de conhecimento.

A reunião destas três condições poderia acelerar o processo de clarificação

do conceito de “lusofonia”, libertando-o definitivamente de qualquer conotação do passado, e abrindo a porta a um mundo novo, onde Portugal deve estar, também por via da CPLP.

Conclusão

A CPLP é parte da história de Portugal e representa a ligação ao ideal da lusofonia e da expressão máxima da língua portuguesa e da cultura lusófona no mundo global. É, por esse motivo, um potente instrumento político-diplomático e de projeção de Portugal no mundo. O grande desafio, passados mais de 25 anos, é passar de uma comunidade imaginada e moribunda a uma comunidade viva e necessária. Esta mudança depende, essencialmente, da vontade política dos nove Estados-Membros, mas também dos cerca de 30 Estados Observadores Associados que materializam o âmago da Comunidade. Este é um desafio maior para Portugal, o de ser capaz de liderar o processo de adaptação e renovação, tal como liderou a sua criação e conduziu grande parte das dinâmicas ao longo da sua existência.

Um grande projeto está, assim, ao alcance da mão e a questão para Portugal é de escolher entre naufragar ingloriamente nos mares agitados da CPLP ou assumir com determinação o seu destino, a sua missão fundadora, que é a defesa da língua portuguesa e da cultura lusófona – agora num contexto de vantagem económico-financeira e diplomática que será potencialmente favorável para Portugal.

Os desafios para Portugal são muitos, mas as oportunidades são imensas. Esperemos que, quando a Comunidade fizer as suas bodas de ouro, possamos congratular-nos pelas decisões que hoje nos fazem olhar para a CPLP como um ativo de Portugal no Mundo. ●

Referências

- BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2020). A new strategic vision for the Defense Cooperation in the CPLP. Centro de Análise Estratégica da CPLP – Maputo/Moçambique. 26/09/2020. Disponível em: https://caecplp.org/wp-content/uploads/2021/06/A-new-strategic-vision-for-the-cooperation-in-Defence-on-CPLP_Inglês_Portugues_-26Sept20_CAE_CPLP.pdf?form=MG0AV3
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2023). 25 Anos de Cooperação no Domínio da Defesa na CPLP (1998-2023). Uma aposta na Atlânticidade. Boletim da Sociedade de Geografia. Série Nº 140. Nº 1-12 (Janeiro – Dezembro 2023). pp. 93-110.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás e RIZZI, Kamilla Raquel (Coordenadores) (2023). 25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP. Cooperativa de Ensino Universitário – Universidade Autónoma de Lisboa. 1ª Edição 2023. ISBN: 978-989-33-4737-9. <http://hdl.handle.net/11144/6675>. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/entities/publication/435e681a-cb41-4b52-a704-af9a09239d3f>
- CPLP (1996). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 17 de Julho de 1996. Lisboa.
- MOREIRA, Adriano (Coord.) (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Editora Almedina, Coimbra.
- SEBASTIÃO, Sónia Pedro (Coord.) (2016). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa. Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. 1.ª Edição. ISBN: 978-989-646-107-2